



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 03-10-2023.

Aos três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, às dez horas e sete minutos, reuniu-se na Sala 301 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (ordinária) anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma. De imediato, foram DISTRIBUÍDOS, para Parecer, os seguintes processos: à vereadora Cláudia Araújo, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/23 (Processo nº 0590/23); à vereadora Lourdes Sprenger, o Projeto de Lei do Legislativo nº 144/23 (Processo nº 0294/23); e, à vereadora Lourdes Sprenger, a Indicação nº 084/23 (Processo nº 1041/23). Acrescenta-se, ainda, que foram lidos, discutidos e APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia vinte e oito de setembro do corrente, o seguinte Parecer: nº 088/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 127/21 – Processo nº 0342/21), de autoria da vereadora Mônica Leal. E, no dia dois de outubro do corrente, o seguinte Parecer: nº 089/23 (Indicação nº 077/23 – Processo nº 0972/23), de autoria da vereadora Cláudia Araújo. Dando prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada a debater o tema “A preservação da vida animal nos desastres naturais”, e, de imediato, destacou a presença dos senhores Paulo Antônio da Costa Casa Nova, chefe da equipe de Vigilância de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Jairo da Silva Ávila, secretário adjunto da Gabinete da Causa Animal (GCA); Gelson Luiz Guarda, secretário da Secretaria Municipal de Segurança (SMSEG); Cláudia Silvana Mayer Gloger, integrante da SMSEG; Marcelo do Nascimento, comandante da Guarda Municipal de Porto Alegre; Cirilo João Faé, representante da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SMMU); Cláudio Silva da Rocha, coronel e integrante da oficina regional permanente defesa civil do município de Taquara/RS; Rodrigo Gonçalves dos Santos, comandante do Comando Ambiental da Brigada Militar (CABM); Pedro Teixeira Valente, pesquisador mestre e doutor do Centro Polar e Climático da UFRGS; Marina Reffati Fagundes, pesquisadora e mestre em recursos hídricos e saneamento ambiental do Instituto de Pesquisa Hidráulica da UFRGS; Marcelo Meller Alievi, vice-diretor da Faculdade de Medicina Veterinária (FAVET) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Milton Fernando Pithan, presidente da Organização Não Governamental (ONG) May Day; Gabriela Borges de Moraes, médica veterinária e demais nomes registrados na lista de presenças. A seguir, o senhor Presidente, o vereador José Freitas, efetuou considerações gerais sobre a pauta, destacando os casos dos moradores da Ilha da Pintada que arriscaram suas vidas para salvar seus animais durante as intensas chuvas das últimas semanas; ressaltou as ações adotadas pelo poder público através de auxílios prestados às comunidades atingidas e indagou aos representantes do Executivo Municipal, o estágio de implantação da lei de sua

autoria para criação do Banco de Ração e Utensílios no Município destinados ao cuidado dos animais. Na sequência, o senhor Presidente concedeu a palavra aos convidados presentes na Mesa para suas manifestações. A vereadora Lourdes Sprenger informou ser a proponente da pauta e considerou que o excessivo volume de chuva do mês de setembro foi responsável por uma série de tragédias ambientais que há muito não se presenciava no Rio Grande do Sul. Por fim, comentou sobre o conjunto de episódios dramáticos ocorridos na região metropolitana e, também, em diversos municípios do interior do estado, destacando a necessidade de ações de conscientização popular para prevenção de episódios similares no futuro. O vereador Aldacir Oliboni defendeu o aperfeiçoamento de legislação específica sobre o tema para combater de maneira eficaz os efeitos dos ciclones que estão se tornando cada vez mais permanentes e sequenciais na região sul. A vereadora Psicóloga Tanise Sabino comentou sobre os danos provocados pelas chuvas dos últimos dias; destacou as ações do seu gabinete através do auxílio para a entrega de cestas básicas e donativos aos moradores atingidos das ilhas; comentou sobre a situação dos animais que muitas vezes foram esquecidos e não tiveram chance de serem resgatados, além do risco da propagação de zoonoses, em especial, a disseminação da leptospirose em situação de descontrole ambiental. Por fim, defendeu a adoção de práticas seguras em defesa dos animais e a implantação de programas de veterinária assistencial em situações de emergências climáticas. A vereadora Cláudia Araújo lembrou da conjuntura em que as pessoas perderam todas as suas posses em função das enchentes e indagou sobre qual seria a forma recomendável para devolver os animais às famílias, em um quadro em que elas não possuem, até mesmo, o essencial para sobreviver em seu cotidiano. Por fim, lembrou da situação crítica em que se encontram os animais de todos os portes que foram atingidos pelas cheias das últimas semanas e indagou sobre as ações técnicas a serem adotadas em novos episódios similares a partir da experiência vivida no drama atual. A vereadora Mônica Leal ressaltou a crítica situação a que os animais também foram submetidos nos recentes danos ambientais e comentou sobre o envolvimento do seu gabinete nas atividades de doações de alimentos coordenadas pela equipe de defesa civil, onde mais de quinze mil itens foram entregues aos moradores das ilhas da Capital. Por fim, defendeu justa homenagem ao contingente da Defesa Civil e da Brigada Militar pela atuação meritória desenvolvidas nos salvamentos por ocasião das últimas cheias. O senhor Pedro Valente apresentou através de slides o resultado de seu trabalho de doutorado sobre as anomalias da precipitação pluviométrica em Porto Alegre, ilustrando que, na enchente ocorrida em mil novecentos e quarenta e um, houve volume de chuva de seiscentos e vinte milímetros em vinte e dois dias – quase a metade do acumulado do ano em Porto Alegre. Na sequência, enfatizou que no mês de setembro do corrente ano, ocorreu quase quatrocentos e trinta milímetros, ou seja, um terço da chuva média anual da Capital. Em prosseguimento, afirmou que, nas últimas décadas, os eventos extremos se tornaram cada vez mais intensos e frequentes em decorrência das acentuadas mudanças climáticas, as quais estavam projetadas para ocorrer em dez anos, mas que já estão ocorrendo no momento atual. Após, alertou que o fenômeno climático natural caracterizado pelo aquecimento anormal das águas do oceano Pacífico na sua porção equatorial, denominado El Niño, ainda não chegou no seu pico, mas já atinge proporções dos episódios anteriores, ilustrando que, dos sete meses mais chuvosos da história de Porto Alegre, quatro deles ocorreram em períodos de incidência do referido fenômeno climático. Por fim, informou que a área sudeste da América do Sul é uma das poucas regiões do mundo com tendência a se tornar mais úmida, conforme informações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), alertando, ainda, que a posição geográfica do estado do Rio Grande do Sul também contribui para potencializar a formação de ciclones, devido ao encontro das frentes oriundas da região amazônica e da Antártida. A senhora Marina Refatti Fagundes também efetuou apresentação através de slides e afirmou que desastres hidrológicos, tais como inundações, enxurradas e alagamentos são os episódios que mais causam danos e afetam a população de forma significativa e danosa. Na sequência, lembrou que tais eventos também prejudicam os animais domésticos e selvagens, trazendo descontrole da fauna e sérios riscos à saúde pública, com a possibilidade de disseminação de diversos tipos de doenças. Por fim, apresentou diversos procedimentos indicados à preservação da vida animal, os quais podem ser adotados antes da ocorrência dos referidos

desastres naturais. O senhor Cláudio Silva da Rocha afirmou que o contingente da defesa civil é pouco valorizado no Brasil, em especial no estado do Rio Grande do Sul, citando, ainda, o caso da dificuldade de condições técnicas e financeiras ao enfrentamento da enchente ocorrida em setembro no Vale do Taquari, a qual possui tendência de ser relegada a um segundo plano em caso de reincidência do fenômeno meteorológico na região. Por fim, considerou desafiadora a busca por meios adequados para disseminação das informações técnicas e ações práticas a serem adotadas pela população nos casos de alertas meteorológicos, bem como na realização dos processos de evacuação dos moradores das áreas de risco em tempo hábil. O senhor Marcelo Alievi ressaltou que as espécies de animais de vida livre também foram bastante afetadas nos recentes desastres naturais e podem ser quase localmente extintos em decorrência dos eventos de alta magnitude como os registrados recentemente no estado do Rio Grande do Sul. Por fim, também comentou sobre os impactos nos animais de produção leiteira e de corte que pode demorar até mesmo anos para se recuperar seu contingente nas regiões atingidas. Por fim, destacou que o Conselho Federal de Medicina Veterinária já instituiu elementos formais para balizar a conduta técnica nos casos de desastres naturais e, após, também colocou a FAVET à disposição da sociedade para contribuir na adequação de planos governamentais voltados às ações emergenciais. O senhor Rodrigo Gonçalves dos Santos disse que a história se repete e parece que a sociedade não aprendeu com os erros cometidos contra a preservação ambiental, ficando somente no discurso a necessidade de criação de estruturas emergenciais efetivas para o fortalecimento da estrutura ordinária das cidades durante o processo de atendimento nos eventos climáticos adversos de alta magnitude. Por fim, defendeu que após o período das enchentes e da volta à normalidade, a sociedade e o governo devem voltar a falar, planejar e promover investimentos efetivos na área da defesa civil. O senhor Gelson Luiz Guarda defendeu a instalação nos municípios de comissões de defesa civil para atuação permanente, lembrando, também, que os danos provocados na Capital no mês de setembro, somente não foi maior devido à existência de sistema efetivo de proteção contra cheias, criado após a histórica catástrofe de mil novecentos e quarenta e um que inundou o centro da cidade. Por fim, ressaltou a importância da limpeza e manutenção periódicas das Casas de Bombas e, também, da rede de bueiros como medidas importantes de prevenção contra os eventos climáticos cada vez mais intensos e frequentes. A senhora Cláudia Silvana Mayer Gloger destacou a importância da rede de aproximadamente duas mil câmeras de vídeo instaladas nas vias públicas da Capital que também podem auxiliar no gerenciamento das situações de catástrofes climáticas. O senhor Marcelo Nascimento comentou que, diante do atual contexto climatológico, há a necessidade de transição do estatuto das ações emergenciais para um quadro de políticas públicas efetivas para a proteção da vida das pessoas nos locais de maior área de risco. Por fim, reiterou que as estruturas públicas de atendimento devem estar cada vez mais preparadas para o enfrentamento da nova realidade de fenômenos climáticos cada vez mais frequentes e adversos ao meio ambiente, às pessoas e, também, aos animais. O senhor Cirilo João Faé destacou as ações promovidas pela EPTC no recolhimento de animais de grande porte, incluindo os equinos e bovinos, ilustrando que no corrente ano já foram recolhidos aproximadamente duzentos e sessenta animais abandonados ou encontrados soltos nas vias públicas da Capital. O senhor Paulo Antônio da Costa Casa Nova considerou que as situações de tragédias provocadas pelas enchentes levam a sociedade a repensar sobre a necessidade de melhorias para a preservação da saúde da população, destacando, ainda, a importância de implantação dos projetos eficazes voltados à implantação do conceito de saúde única que engloba o cuidado das pessoas, animais e do meio ambiente, de maneira coletiva. O senhor Milton Fernando Pithan comentou sobre sua atuação voluntária há trinta e cinco anos em resgates e reiterou sobre a evolutiva degradação das condições climáticas no decorrer dos anos, ilustrando o aumento do número de ciclones no estado. Após, alertou que a maioria dos desastres ocorre quando as pessoas ainda não entenderam a gravidade da situação no local em que se encontram e não sabem como agir frente aos alertas dos riscos iminentes das chuvas intensas e inundações. Por fim, ressaltou a impossibilidade do controle das fortes enxurradas que removem tudo o que encontram pela frente, sem possibilidade de instalação prévia de barreiras ou adoção de outras ações objetivas para interromper seu fluxo destrutivo. E, o senhor Jairo da Silva Ávila

agradeceu o auxílio prestados pelos órgãos da segurança e das Organizações Não Governamentais (ONGS) que auxiliaram o Gabinete da Causa Animal no resgate de mais de cem animais abandonados ou em situação de risco nas Ilhas da Capital. Por fim, afirmou que os Pets recolhidos se encontram abrigados em canis da prefeitura municipal, acrescentando, ainda, que todos eles foram catalogados e, posteriormente, serão devolvidos aos seus legítimos tutores. Na sequência, o senhor Presidente concedeu a palavra ao público presente na plateia para suas manifestações. A senhora Gabriela Borges fez um relato dos atendimentos de emergência prestados aos animais na cidade de Roca Sales, destacando a falta de estrutura adequada naquele município, onde não havia sido instalado, até mesmo, um hospital de campanha para enfrentar os danos da histórica enchente que dizimou a região. Destaca-se que, além dos convidados presentes registrados nesta Ata, pronunciaram-se, também, sobre o tema os vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, Mônica Leal e a Psicóloga Tanise Sabino. Após ouvir todas as manifestações, o senhor Presidente determinou o seguinte ENCAMINHAMENTO: 1) encaminhar ao Executivo Municipal, cópia desta Ata e dos apanhados taquigráficos da presente reunião, com o intuito de subsidiar o reforço do foco da prevenção da vida animal em eventuais novos episódios de desastres climáticos decorrentes do excesso de chuva e inundações na Capital. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às doze horas e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelo senhor Presidente, vereador José Freitas.



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 06/10/2023, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0627941** e o código CRC **DDBE3375**.